



RUBIN, Christina de Rezende (org.). *Iluminando a face escura da lua*

Priscila Faulhaber



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/226>
DOI: 10.4000/aa.226
ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2012
Paginação: 257-261
ISSN: 0102-4302

Referência eletrônica

Priscila Faulhaber, «RUBIN, Christina de Rezende (org.). *Iluminando a face escura da lua*», *Anuário Antropológico* [Online], v.37 n.2 | 2012, posto online no dia 01 outubro 2013, consultado o 28 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/aa/226> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.226>



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais-Proibição de realização de Obras Derivadas 4.0 International.

RUBIN, Christina de Rezende (org.). 2012.
Iluminando a face escura da lua.
Marília: Cultura Acadêmica. 176 pp.

Priscila Faulhaber
MAST/MCT

Primeiramente como aluna, depois orientanda e hoje leitora de Roberto Cardoso de Oliveira, fazer a resenha deste livro formulado no âmbito da antropologia da antropologia é uma tarefa atraente até mesmo pelos riscos de tentar sistematizar diferentes leituras de um pensamento que sempre recusou amarras e entraves. É inviável mencionar nos limites do presente texto uma listagem de todos os seus trabalhos, bem como os de seus orientandos, colaboradores ou comentadores. Desta forma, centrarei a leitura em seus problemas de pesquisa e numa exegese que sempre lhe foi cara, em termos da epistemologia das ciências humanas. O lugar institucional em que agora me situo, trabalhando no âmbito da antropologia e da história da ciência, leva-me a problematizar a ideia de que se possa fazer uma separação da sua movimentada trajetória em etapas, ou buscar uma unidade do sujeito de acordo com o seu projeto criador. Sendo assim, julgo mais adequado evitar uma leitura linear de sua obra, e também deste livro que me ajudou a repensar meu próprio itinerário intelectual e o de outros colegas que, como Cardoso, preferiram deslocar-se por diferentes instituições, buscando ampliar assim o campo de trabalho da antropologia.

O título do livro remete às referências prévias de Roberto Cardoso na sua formação universitária na USP, como aluno de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Este último escreveu sobre as limitações do pensamento que se apoia unicamente na busca do que é claro e distinto (Bastide, 1965). Para avançar na tarefa de conhecer o mundo e construir um pensamento crítico sobre ele, o etnólogo precisa mergulhar no abismo do impensado, ir ao encontro de sua própria sombra, examinar cuidadosamente a racionalidade de noções do outro com quem dialoga, embora lhe pareçam confusas e obscuras. Bastide menciona dois autores que iriam ser focalizados por Cardoso: Maurice Lenhardt e Lucien Lévi-Bruhl, mostrando que, apesar de defenderem posições diferentes, tratava-se de vê-las em sua complementaridade, dosando razão e afetividade. Para Bachelard (1996), remontando à alquimia, a revelação da luz tem necessidade de



seu outro, de uma resistência, de uma oposição, em suma, de um mundo para nele expressar-se; de modo que a relação esclarece o ser, opostamente à proposição cartesiana de que o ser ilumina a relação. Já Florestan (1975) confrontou as teorias abstratas com as observações etnográficas do mundo social, para analisar sociologicamente os modos de conhecimento do índio, do negro, do branco. Cardoso, longe de tomar estas figuras como objetos reais, com base em construções mitológicas da cultura nacional como queria seu orientador, iria buscar “o lado escuro da lua” no caráter conflituoso das relações sociais construídas no contato entre índios e brancos.

Quando atuou na formação do curso de pós-graduação do Museu Nacional, Cardoso contrabalançou as referências francesas com outros referenciais. Como mostra o texto de Christina Rubim, ele ali trabalhou com a definição de antropologia social britânica. A meu ver, verá esta disciplina também por suas reapropriações pela antropologia americana do pós-guerra, embora em outro momento histórico, quando o programa em formação se beneficiava do projeto Harvard, inspirado em colaborações anteriores mencionadas por Heloisa Pontes. Visto haver grande circulação de pesquisadores estrangeiros no país, a ideia da simetria na cooperação acadêmica internacional advinha de uma aspiração antiga, cujo nascimento pode remeter à permanência de Anísio Teixeira e Gilberto Freyre em universidades americanas e aos primeiros tempos da criação de agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação nos anos 1950 no Brasil, na esteira dos quais foi possível a Cardoso de Oliveira formar cursos de pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional, na Universidade de Brasília e na Unicamp.

Cecília Helm indica que tais referências se alargaram com a colaboração de pesquisadores no México, país do qual Cardoso de Oliveira iria se aproximar em função das semelhanças advindas do encontro do campo científico com o campo político no indigenismo de Estado. Miriam Grossi ressalta a significação da atuação de Cardoso na busca de cooperação de países hispano-americanos no campo da antropologia no Brasil. Segundo análise por ele estabelecida e evocada por Ruben Oliven, partindo de conceitos weberianos, tal diversificação corresponderia à rotinização de um sistema burocrático – que sucedeu o exercício do carisma pelos iniciadores da disciplina em termos acadêmicos após os primeiros tempos “heroicos” da disciplina. Notadamente no que se refere à sua crescente ampliação e diversificação, é inviável hoje considerar uma única “família”, “linhagem ou “comunidade” de antropólogos(as) quando diz respeito aos profissionais, professores e pesquisadores que atuam na área disciplinar no país. Entre os dilemas que tal ampliação implica, cabe enfrentar o problema da massificação da disciplina sem envolver queda da qualidade dos trabalhos de quem a pratica, sem

gerar um fosso gramatical entre noções, entre sociedades diferentes, buscando uma relação dialética entre nós e os outros. Este é o domínio da antropologia que, transformando o familiar em exótico, precisa sempre reconhecer o outro como uma fonte de diálogo.

O conceito de fricção interétnica e a sistematização teórica sobre identidade, etnia e estrutura social foram exercícios prévios à “matriz disciplinar em antropologia”, segundo Lilia Schwarcz, quando indica que as correntes de pensamento debatidas nos primeiros tempos da antropologia nela não caberiam. Daí a importância do salto qualitativo de abordagens nocionais de raça e identidade (essencializada) para a definição de processos e relações interétnicas baseada em relações contrastivas, caracterizadas pelo seu aspecto conflituoso, no terreno das ideologias étnicas e de dominação. Paulo Santilli, meu colega nos cursos do professor Roberto Cardoso na UnB em 1980, faz lembrar que tal ênfase no conflito interétnico seria inspiradora para repensar o caboclisto, não mais, como reconheceu o nosso dialético professor, em termos de uma consciência infeliz hegeliana, mas a partir da politização dos movimentos indígenas, de acordo com a análise das mobilizações que eclodiram durante os últimos anos do regime militar.

Entre as vertentes da teoria crítica que mais se aproximam da antropologia, destaca-se Apel 1985 no sentido da construção argumentativa – enquanto manifestação dialógica – em favor de uma *ética discursiva* vinculante intersubjetivamente, como sempre insistiu Cardoso. Tomada como condição de possibilidade da formação de consenso e de construção de verdade na superação da contradição entre comunidade real e ideal de comunicação, a ética da responsabilidade – que retoma a moral e a ciência dos costumes com uma preocupação empírica – permite fundamentar a crítica valorativa das ideologias na ótica da ciência crítica da sociedade. Neste sentido, poderia ser erigido um sistema de direito no qual a moralidade estivesse na raiz das definições de políticas públicas, como sublinha Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. O professor consagrado, debruçando-se sobre os escritos de campo enquanto jovem pesquisador, pensa sobre as facetas de sua trajetória e em sua produção no que se refere à etnografia de duas diferentes situações indígenas, que tinham em comum o fato de dizerem respeito a numerosos contingentes populacionais indígenas vivendo na fronteira entre o Brasil e países vizinhos. Cardoso se vale da hermenêutica para uma reflexão compreensiva das bases com que criticou o culturalismo norte-americano, como mostrado por Hênry Barreto, problematizando o gênero diário na história da antropologia no Brasil. A releitura dos diários levou a uma discussão sobre o uso das imagens na pesquisa antropológica e, sendo assim, a antropologia visual registra o discurso imagético e sonoro por meio de um trabalho criativo que



resulta em produtos, como o vídeo realizado por Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, que em seus textos destacam as potencialidades deste campo disciplinar, embora a instância da autoria dependa do domínio crítico sobre as informações, que constrói e reconstrói no trabalho antropológico que sempre passa pela instância da escrita.

Para além de qualquer ilusão de unidade de sujeito, o jovem egresso do curso de Filosofia, que mergulhou no terreno minado da política indigenista, adotou a reflexividade antropológica, que anos mais tarde aplicou à epistemologia das ciências humanas e à hermenêutica. A atenção a problemas de identidade, etnicidade e nacionalidade em fronteiras foi uma forma de exercitar seu inconformismo com os limites do método, suas inquietações com as verdades estabelecidas na pesquisa em ciências humanas. Daí sua preocupação em buscar alicerçar os voos teóricos e metateóricos com uma postura de manter os pés no chão, aprimorando instrumentos de observação empírica, avançando assim para além das fronteiras do conhecimento.

Roberto Cardoso de Oliveira deixou um legado inestimável, nem sempre adequadamente reconhecido, que a leitura deste livro ajuda a esclarecer.*

*Agradeço a leitura atenta de Márcio D'Oliveira Campos. No entanto, os possíveis erros e acertos desta resenha são de minha inteira responsabilidade.

Referências Bibliográficas

APEL, Karl-Otto. 1985. “La comunidad de comunicación como presupuesto trascendental de las ciencias sociales”. In: _____. *La transformación de la Filosofía. Tomo III. El A Priori de la Comunidad de Comunicación*. Madrid: Taurus, pp. 209-249.

BACHELARD, Gaston. 1996. *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BASTIDE, Roger. 1965. La pensée obscure et Confuse. *Le Monde Non Chrétien*, n° 75-76, pp 137-156.

FERNANDES, Florestan. 1975. “Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil”. *A investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, pp. 119-190.